

A Cartografia Histórica no estudo das dinâmicas do território pertencente ao município de Catu- Bahia, Brasil

Historical Cartography in the study of the dynamics of the territory belonging to the municipality of Catu-Bahia (Brazil)

Adriana Andrade Arnaut¹

Recebido 12 de maio de 2025; aceito 23 de julho de 2025

RESUMO

Estudar as dinâmicas territoriais do município de Catu-Bahia, Brasil, usando mapas e outras fontes documentais, aplicando técnicas de geoprocessamento em Sistemas de Informação Geográfica (SIG), compreendeu no objetivo desta pesquisa. Como marcos cronológicos, considerou-se a elevação de Catu a vila no século XIX até o século XX, nomeadamente em 1967, ano de realização do primeiro mapeamento topográfico sistemático abrangendo o município. O estudo resultante da Cartografia Histórica, da utilização de ferramentas SIG e da biblioteca de dados geoespaciais, possibilitou visualizar as mudanças na estrutura do município referente a promoção da vila a cidade e dos povoados em vilas, ao advento de novas localidades, a implantação e/ou melhoria das vias de circulação, a identificação de edificações que se mantiveram no território, o surgimento de bairros e instalação de arruamento na sede municipal, além da verificação de antigos engenhos de fabricar açúcar, fazendas e outras terras que transpuseram o século e tiveram de se adequar à nova realidade econômica local, fomentada pela queda da produção de açúcar e outros derivados da cana e, posteriormente, pela descoberta de petróleo. As mudanças no limite municipal de Catu, em virtude do desmembramento territorial para a criação do município de Pojuca, e a configuração perimetral após descoberta do petróleo, também foram identificadas a partir das análises espaciais em SIG. Os signos toponímicos indicaram marcas de grupos sociais que viveram em Catu, ou por

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, Brasil, e-mail: adriana.arnaut@ifbaiano.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9060-6879>

lá passaram e a influência portuguesa se fez presente na maioria dos topônimos existentes nos três documentos cartográficos analisados, seguindo pelas denominações indígenas e africanas. Nos topônimos de língua portuguesa, os símbolos religiosos marcaram o maior quantitativo de denominações, sobretudo dos engenhos e fazendas. Contudo, no total geral dos topônimos, a motivação em vegetais (Fitotopônimos) foi a mais recorrente.

Palavras chave: *Cartografia Histórica, Catu, mapa antigo, território, toponímia.*

ABSTRACT

Studying the territorial dynamics of the municipality of Catu-Bahia, Brazil, using maps and other documentary sources, applying geoprocessing techniques in Geographic Information Systems (GIS), comprised the objective of this research. As chronological landmarks, the elevation of Catu to town in the 19th century until the 20th century was considered, namely in 1967, the year in which the first systematic topographic mapping covering the municipality was carried out. The study resulting from Historical Cartography, the use of GIS tools and the geospatial data library, made it possible to visualize the changes in the structure of the municipality regarding the promotion of the town to city and villages to settlement, the advent of new locations, the implementation and/or improvement of circulation routes, the identification of buildings that remained in the territory, the emergence of neighborhoods and the installation of streets in the municipal headquarters, in addition to the verification of old sugar mills, farms and other lands that spanned the century and had to adapt to the new local economic reality, fueled by the decline in the production of sugar and other sugarcane derivatives and, later, by the discovery of oil. The changes in the municipal limit of Catu, due to the territorial dismemberment to create the municipality of Pojuca, and the perimeter configuration after the discovery of oil, were also identified from spatial analyzes in GIS. The toponymic signs indicated marks of social groups that lived in Catu, or passed through there and the Portuguese influence was present in the majority of toponyms in the three cartographic documents analyzed, followed by indigenous and African denominations. In Portuguese language toponyms, religious symbols marked the largest number of denominations, especially those of mills and farms. However, in the general total of toponyms, the motivation in vegetables (Phytotoponyms) was the most recurrent.

Key words: *Historical Cartography, Catu, old map, territory, toponymy.*

RESUMEN

El objetivo de esta investigación fue estudiar las dinámicas territoriales del municipio de Catu-Bahia, Brasil, utilizando mapas y otras fuentes documentales, aplicando técnicas de geoprocésamiento en Sistemas de Información Geográfica (SIG). Como hitos cronológicos, se consideró la elevación de Catu a villa en el siglo

XIX hasta el siglo XX, concretamente en 1967, año en que se realizó el primer mapeo topográfico sistemático que abarcaba el municipio. El estudio resultante de la cartografía histórica, el uso de herramientas SIG y la biblioteca de datos geoespaciales permitió visualizar los cambios en la estructura del municipio en relación con la promoción de la villa a ciudad y de los pueblos a villas, la aparición de nuevas localidades, la implantación y/o mejora de las vías de circulación, la identificación de edificios que se mantuvieron en el territorio, la aparición de barrios y la instalación de calles en la sede municipal, además de la verificación de antiguos ingenios azucareros, fincas y otras tierras que traspasaron el siglo y tuvieron que adaptarse a la nueva realidad económica local, impulsada por la caída de la producción de azúcar y otros derivados de la caña y, posteriormente, por el descubrimiento del petróleo. Los cambios en los límites municipales de Catu, debido a la división territorial para la creación del municipio de Pojuca, y la configuración perimetral tras el descubrimiento del petróleo, también se identificaron a partir de los análisis espaciales en SIG. Los signos toponímicos indicaron marcas de grupos sociales que vivieron en Catu o pasaron por allí, y la influencia portuguesa estuvo presente en la mayoría de los topónimos existentes en los tres documentos cartográficos analizados, seguidos por las denominaciones indígenas y africanas. En los topónimos de lengua portuguesa, los símbolos religiosos marcaron la mayor cantidad de denominaciones, sobre todo en los ingenios y fincas. Sin embargo, en el total general de topónimos, la motivación en vegetales (fitotopónimos) fue la más recurrente.

Palabras clave: Cartografía Histórica, Catu, mapa antiguo, territorio, toponimia.

1. Introdução

Os documentos cartográficos revelam através de seu conteúdo, elementos da composição física e humana do espaço representado. O mapa é reconhecido como uma forma de comunicação, podendo apresentar, simultaneamente, um conjunto de signos notáveis (imagéticos, linguísticos, numéricos e temporais), além de uma forma de conhecer o espaço (Harley, 2005). A partir de documentos cartográficos antigos, podem-se resgatar geografias pretéritas úteis na reconstituição de um espaço e, a comparação entre mapas de uma mesma área em diferentes períodos, é capaz de revelar mudanças socioespaciais ao longo do tempo. Conforme refere Menezes *et al.* (2021, p. 62), "Cartografia histórica e mapas antigos são importantes ferramentas para análise geográfica, estabelecendo um posicionamento do espaço no tempo, por meio da recuperação de informações geográficas temporais, permitindo, assim, o restabelecimento de uma memória local".

A temática desta pesquisa envolveu a utilização de mapas antigos e históricos na reconstituição espaço-temporal do município de Catu, servindo como fonte de estudo do movimento territorial.

O vazio existente no âmbito do estudo da dinâmica espaçotemporal do território catuense, fomentou prioritariamente esta investigação, principalmente para o conhecimento de elementos da organização espacial pretérita do município de Catu e da gente que contribuiu para a formação e evolução de seu território.

Skelton (1972) aponta que fatores sociais e econômicos poderiam influenciar na elaboração do mapa, refletindo no conteúdo (dados geográficos) e na forma (parte técnica de elaboração), e ambos se apoiam mutuamente.

Ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, buscaram-se respostas para a seguinte questão norteadora deste estudo: De que modo os documentos cartográficos históricos e antigos, como fontes descritivas e decodificadoras do espaço geográfico, podem contribuir para o conhecimento da formação, demarcação, evolução e identidade do território catuense?

Posto isto, o objetivo geral deste trabalho foi o de estudar dinâmicas territoriais do município de Catu-Bahia, Brasil, empregando mapas e outras fontes documentais, desde a sua elevação a vila no século XIX até ao século XX, precisamente em 1967, ano de elaboração do primeiro mapeamento topográfico sistemático da região. Este objetivo foi desmembrado em quatro objetivos específicos, os quais permitiram: I) Utilizar os mapas como fontes de visualização e análise da dinâmica espaçotemporal do território catuense; II) Constituir uma biblioteca de dados geoespaciais a partir dos documentos cartográficos históricos e antigos; III) Desenvolver estudos sobre os topônimos do município de Catu a partir dos mapas utilizados; e IV) Disponibilizar a informação espaçotemporal.

A Cartografia Histórica contribui com este estudo no sentido da sistematização, conformação e análise de documentos cartográficos produzidos no passado, levando-se em consideração uma escala temporal.

2. Recorte espacial

O recorte geográfico desta investigação foi o município de Catu, localizado no Estado da Bahia, região Nordeste do Brasil (Figuras 1A, 1B e 1C).

O município de Catu nasceu como Santa Anna do Catú, através da *Lei Provincial nº 1.053, de 26 de junho de 1868*, tendo seu reconhecimento pelo presidente da Província da Bahia no ano de 1877 (Nunes, 1877). O governo do Estado da Bahia simplificou o nome do município para Catu, por intermédio do *Decreto nº 7.455, de 23 de junho de 1931* (Ferreira, 1958). Destaca-se que o perímetro municipal também passou por mudanças em alguns momentos do período estudado, podendo ser visualizado nos documentos cartográficos antigos e históricos utilizados nessa pesquisa, nomeadamente a *Planta Topographica da Freguezia e Municipio de Santa Anna do Catú da Comarca de Alagoinhas (Provincia da Bahia) e o mapa Estado da Bahia – municipio de Catú*.

O município de Catu sempre teve viés econômico agrário, até mesmo pelo clima tropical sem estação seca (Alvares *et al.*, 2013), o qual favorece a agricultura; pela diversidade de solos, tendo em sua composição Argissolo,

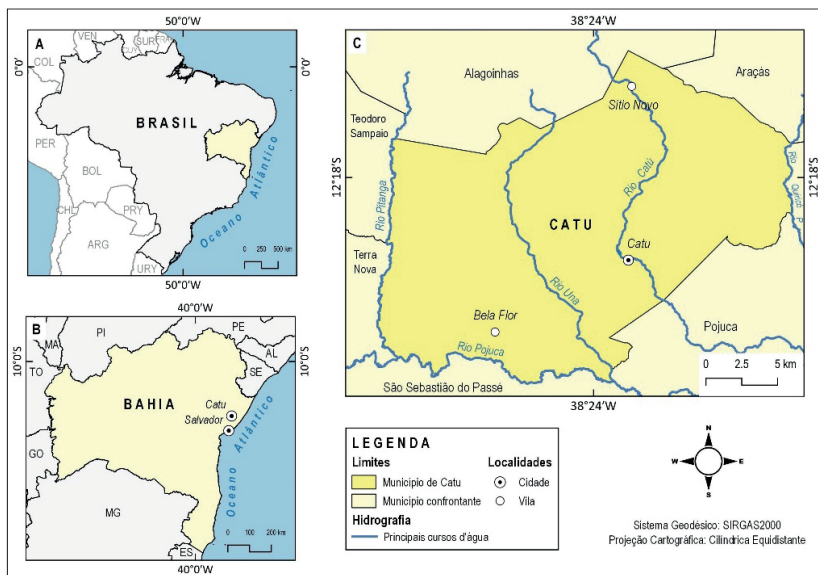


Figura 1. A) Localização do Estado da Bahia em relação ao Brasil. B) Localização da cidade de Catu em relação a Salvador. C) Localização do município de Catu e seus confrontantes.

Gleissolo e Latossolo (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2021); e pela abundância da rede hidrográfica, formada por cursos d'água (rios e córregos) permanentes e temporários. Um destaque para o Rio Catú que cruza o território no sentido norte-sul e possui o mesmo topônimo do município. Catu é uma palavra de origem indígena e significa “bom, são, conservado” (Barbosa, 1951, p. 46).

3. Metodologia

A metodologia aplicada na presente pesquisa envolveu uma sequência de etapas (Figura 2), as quais serão descritas, de maneira sucinta, a seguir.

Como fonte de referência para este estudo, efetuou-se *Pesquisa bibliográfica* na qual foi realizado o levantamento da literatura sobre a temática, bem como obras que retratam o município definido como recorte geográfico. Neste cenário, consultou-se também dicionários antigos e atuais da língua portuguesa, línguas indígenas faladas no Brasil e línguas de procedência africana, no sentido de significar os topônimos retirados dos documentos cartográficos, classificá-los conforme a metodologia proposta e analisá-los devidamente.

A *Pesquisa documental cartográfica* envolveu a investigação de documentos cartográficos antigos (mapa, carta, planta) que representassem graficamente e contribuíssem no estudo da dinâmica territorial do município de Catu, dentro da delimitação temporal definida. A busca foi realizada em bibliotecas/arquivos, assim como instituições produtoras de geoinformação. Constituiu-se

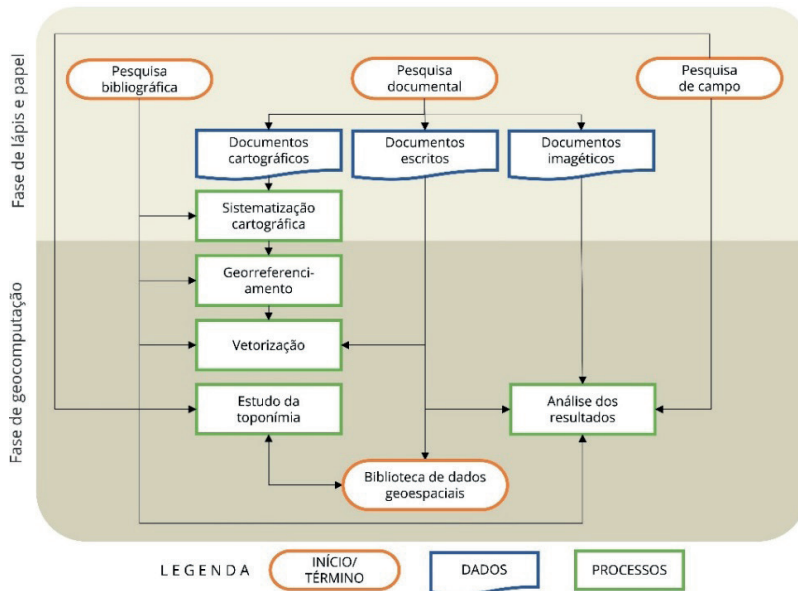


Figura 2. Fluxograma do roteiro metodológico.

em uma etapa delicada, por conta da ausência quase completa de documentos cartográficos que caracterizassem o território catuense, numa escala de detalhes (regional ou local). Durante esta fase, observou-se que só a partir de 1888, o território foi cartografado de maneira detalhada, ao comparar com documentos cartográficos de datação anterior, onde Catu é representado parcialmente, ou por um símbolo pontual indicando apenas a localização da freguesia de Santa Anna do Catú. Trabalhou-se, prioritariamente, com uma tríade de documentos cartográficos, os quais seguem especificados:

- *Planta Topographica da Freguezia e Municipio de Santa Anna do Catú da Comarca de Alagoinhas (Provincia da Bahia)*, a qual será tratada como Planta de 1888 (Figura 3), elaborada no ano de 1888 por Nemézio Quintino de Meneses, na escala de 1.000 braças, cujo depositário é a Biblioteca Nacional.
- *Estado da Bahia-municipio de Catú*, o qual será tratado como Mapa de 1939 (Figura 4), elaborado em 1939 por Leandro Bonfim Lago, na escala 1/50.000 e está sob responsabilidade do Arquivo Nacional.
- *Alagoinhas-SD-24-D-II*, a qual será tratada como Carta de 1967 (Figura 5), carta topográfica elaborada em 1967 pela Fundação IBGE, na escala 1/100.000 e se encontra armazenada no repositório digital da Diretoria de Serviço Geográfico (DSG) do Exército.

Cabe mencionar a utilização do *Mappa para servir a estrada de ferro para comunicação entre a cidade da Bahia e o ponto de Joazeiro no Rio de São Francisco* (Vignoles, 1872) e da *Carta do Reconcavo da Bahia* (Sampaio, 1899), que embora não se enquadrassem nas características estabelecidas (escala e cobertura

territorial) para a escolha dos objetos de pesquisa deste trabalho, aproveitou-se informações neles existentes, a título de compor a análise do território catuense no período mais próximo ao da elaboração das referidas representações.



Figura 3. Planta Topographica da Freguezia e Municipio de Santa Anna do Catú da Comarca de Alagoinhas (Provincia da Bahia).
 Fonte: Meneses (1888).



Figura 4. Estado da Bahia, municipio de Catú.
 Fonte: Lago (1939).

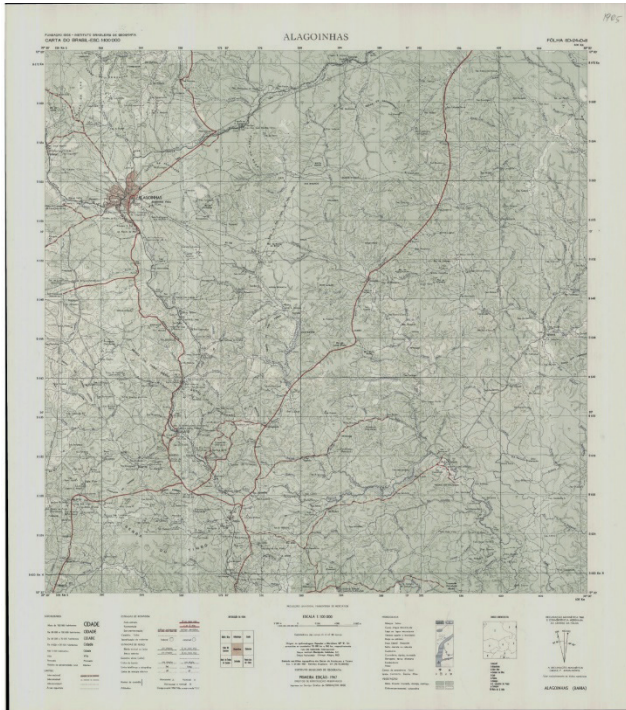


Figura 5. Alagoinhas-SD-24-D-II.

Fonte: Fundação IBGE (1967).

Na etapa de *Pesquisa documental escrita*, buscaram-se fontes textuais, nomeadamente leis, decretos, memoriais descritivos, dentre outros registros que discorressem sobre a formação do município de Catu, tal como a composição de seus limites municipal e distrital, e outras características da organização espacial do território que pudessem contribuir com o estudo. Ainda nesta etapa, procuraram-se legislações e padronizações que tratassem da estrutura cartográfica brasileira, especialmente acerca de dados digitais e toponímia, as quais serviram para fundamentar a execução dos procedimentos da fase geocomputacional deste estudo.

A *Pesquisa documental imagética* envolveu a procura de fotografias antigas que ilustrassem o território catuense no decurso do recorte temporal, as quais serviram de apoio ao conhecimento de elementos de constituição da paisagem, bem como do modo de vida da sociedade catuense da época.

No âmbito da *Sistematização cartográfica*, realizou-se a organização dos mapas considerando o cabeçalho, título, autor, ano de elaboração, dimensões, sistema de projeção, orientação, meridiano de origem, organização depositária e características adicionais do documento cartográfico, adaptando o proposto por Menezes *et al.* (2021).

A fase de *Georreferenciamento*, considerada primordial dentro das tarefas metodológicas, consistiu na utilização de técnicas geocomputacionais para espacializar os documentos cartográficos (modelo de dados raster) em ambiente de Sistema de Informação Geográfica (SIG), com recurso ao *software* ArcGIS. Para tanto, fez-se uso de pontos homólogos (pontos de controle) entre os documentos cartográficos antigos (15 pontos para a planta de 1888 e 17 pontos para o mapa de 1939) e a cartografia utilizada como referência, nomeadamente dados do Geoserviço WFS – escala 1:100.000, oriundos da Carta de 1967 e disponibilizados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia ([SEI], 2021), complementados pelos dados vetoriais do IBGE (2016), no formato DGN. Utilizou-se o método de georreferenciamento apontado por Cajthaml (2011) o qual divide os mapas em categorias, tendo por base: I) o número de folhas; II) a projeção e o sistema de coordenadas; e III) as dimensões originais da folha. Para mais, Cajthaml (2011) apoia o seu método nas transformações globais, as quais empregam equações estabelecidas no próprio aplicativo de SIG, podendo ou não ser residuais, fator este relacionado ao erro posicional. No estudo desenvolvido neste artigo, utilizou-se a transformação por similaridade, também referida por Cajthaml (2011) para o georreferenciamento de documentos cartográficos com projeção desconhecida e dimensões originais da folha conhecidas. Esse método de transformação consiste apenas em escalonar uniformemente, rotacionar e deslocar (transladar) o mapa, preservando a forma do documento cartográfico original em detrimento do melhor ajuste. Vale mencionar que não foi objetivo avaliar o erro posicional dos pontos, mas sim preservar as proporções geométricas de cada documento cartográfico, tal qual a forma dos elementos nele representados. Inclusive porque na transformação por similaridade, o erro residual tende a ser maior do que em outras transformações polinomiais (Esri, 2022).

Com o georreferenciamento dos documentos cartográficos, posicionando-os a localização geográfica conhecida, houve necessidade de editar cada imagem georreferenciada (Figura 6A), sobre a qual foi realizada a conversão em outro raster, com a possibilidade de dois valores (preto e branco) para cada pixel, e assim destacar os elementos geográficos a serem vetorizados. Excluíram-se informações desnecessárias de cada raster, como os elementos de composição dos mapas: legenda, encarte, escala gráfica, norte etc., por conseguinte, verificou-se a conexão (Figura 6B) dos elementos geográficos, a fim de detectar e corrigir possíveis interrupções (Figura 6C) de um mesmo elemento linear ou poligonal. Na geração dos *shapefiles*, estruturaram-se os dados usando a *Especificação Técnica para Estruturação de Dados Geoespaciais Vetoriais (ET-EDGV)* (Comissão Nacional de Cartografia [CONCAR], 2010), em sua versão 2.1.3, acompanhando a mesma nomenclatura de classes. Posto isto, os arquivos raster foram vetorizados no *software* de SIG, realizando a conversão dos elementos de representação cartográfica existentes nos mapas (raster) para a geometria vetorial (ponto, linha, polígono). No caso dos topônimos, adotaram-se os procedimentos para carga das denominações tal qual o *Banco de Nomes Geográficos do Brasil (BNGB)* (IBGE, 2008, p. 37).

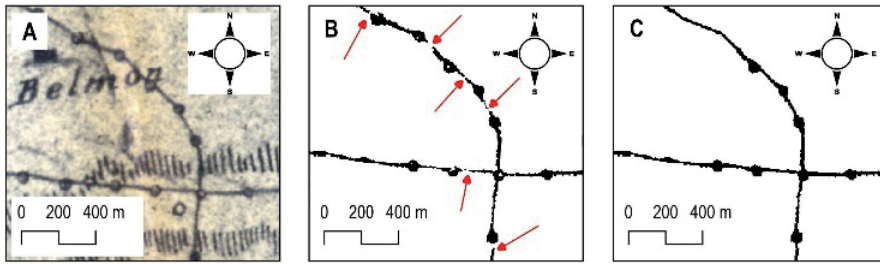


Figura 6. (A) Imagem a ser editada. (B) Indicação de falhas na imagem após conversão para preto e branco. (C) Edição na conexão dos elementos.

Na etapa de *Estudo da toponímia*, os nomes geográficos foram tabulados, segundo o período de elaboração de cada documento cartográfico, significados de acordo com os dicionários consultados e classificados com base na categoria língua de origem e motivação toponímica, sendo esta última apoiada ao modelo de classes proposto por Dick (1992), por se tratar de uma referência consolidada e adaptada ao contexto brasileiro.

Realizou-se também *Pesquisa de campo*, a fim de elucidar dúvidas referentes a toponímia, principalmente com moradores e proprietários rurais do município de Catu, como também ratificar a origem e geolocalização de alguns elementos representados nos documentos cartográficos (e.g., capelas, casarões, cemitério).

Constituindo os objetivos específicos deste estudo, a *Biblioteca de dados espaciais* armazenou os dados vetoriais, associados às características das feições geográficas representadas, e os dados provenientes do estudo da toponímia. Salienta-se que a biblioteca de dados espaciais foi utilizada como recurso para consulta e análise espacial do território, em uma perspectiva evolutiva.

A etapa de *Análise dos resultados* consistiu em verificar as mudanças ocorridas no território catuense no decurso do recorte temporal delimitado no estudo, sintetizando as ocorrências obtidas através de consultas à biblioteca de dados geoespaciais, no que tange o limite político-administrativo, localidades, principais edificações (escolar, religiosa, transporte, governamental, particular), propriedades (engenho, fazenda, outras terras), vias de circulação (ferrovia, rodovia, outros acessos) e topônimos, com suporte de documentos escritos e imagéticos, assim como da pesquisa de campo. Com base no estudo da toponímia extraída dos documentos cartográficos antigos, identificaram-se características da composição geográfica física e humana, bem como da ocupação do território catuense.

4. Resultados e Discussões

Para realização das análises foram considerados alguns elementos que fizeram parte da base de formação do município de Catu.

4.1 Limite político-administrativo

A partir das consultas espaciais na biblioteca de dados geoespaciais, pôde-se visualizar o comportamento do limite municipal de Catu (Figura 7) no período estudado.

Em 1888, o município de Catu apresentou a maior área (684,90 km²) que aparece reduzida em 1939 (428,49 km²). Este fato se deve a emancipação do município de Pojuca do território catuense, no ano de 1913. Em 1967, destaca-se que o perímetro municipal foi estimado, em função da folha *Alagoinhas* não apresentar parte da porção oeste, com polígono inferido correspondendo a 13,77% da área total do município de Catu. Ainda em 1967, notou-se que houve aumento da área (460,50 km²) do município, por mudanças perimetrais existentes ao sudeste, onde se delimita com o município de Pojuca (cf. Figura 7).

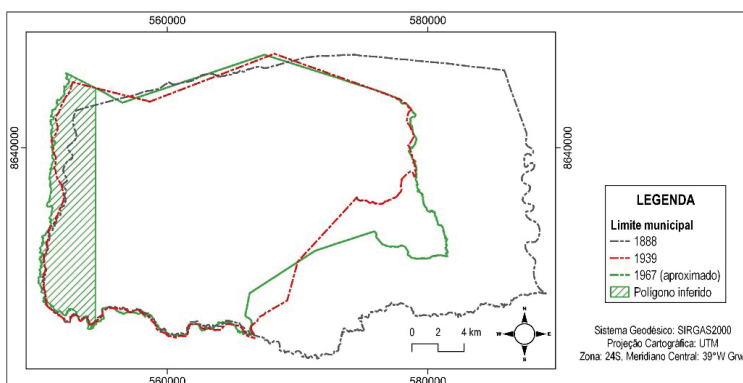


Figura 7. Sobreposição entre o limite municipal de Catu para 1888, 1939 e 1967.

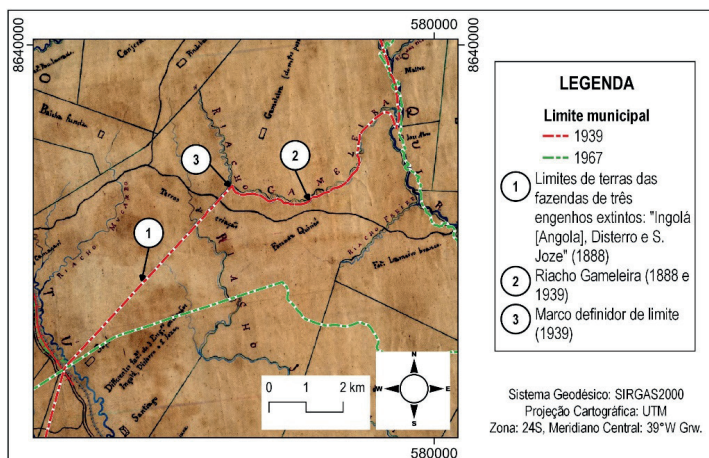


Figura 8. Elementos demarcatórios do limite municipal entre Catu e Pojuca.

Nos documentos cartográficos de 1888 e 1939, identificaram-se elementos demarcatórios (Figura 8) citados no *Decreto nº 12.978, de 1 de junho de 1944, da Divisão Administrativa e Judiciária do Estado da Bahia*. O referido decreto foi publicado posteriormente ao Mapa de 1939. Contudo, os elementos citados, também foram detectados na Planta de 1888. Isto mostra que os mapas antigos podem ser utilizados no resgate e análise de elementos definidores do limite municipal pretérito, auxiliando na resolução de conflitos territoriais.

4.2 Propriedades (engenhos, fazendas e outras terras)

O quantitativo de propriedades, considerando engenhos, fazendas e outras terras, reduziu com o passar dos anos. A Planta de 1888 apresenta 87 propriedades, sendo que este número cai para 67 no Mapa de 1939 e, para 47, na Carta de 1967.

Após consulta espacial, constatou-se que entre 1888 e 1939, 42 propriedades permaneceram no território catuense (Figura 9), sendo esta análise baseada na geolocalização e no topônimo da propriedade.

Levando-se em consideração os dados do *Recenseamento do Brasil de 1920* (Diretoria Geral de Estatística, 1924) e do *Recenseamento Geral do Brasil 1940* (IBGE, 1950), houve queda da produção de cana-de-açúcar (2.291,2 para 121 toneladas), aumento do cultivo de mandioca (7.046,8 para 10.716 toneladas) e da criação de gado bovino (8.207 para 10.578 cabeças de gado). O encerramento de engenhos de fabricar açúcar pode estar associado ao declínio da economia açucareira, sobretudo pela falta de mão de obra escrava. Com isto, houve intensificação da cultura de mandioca e criação de gado bovino no município, mantendo a economia ligada às atividades no campo.

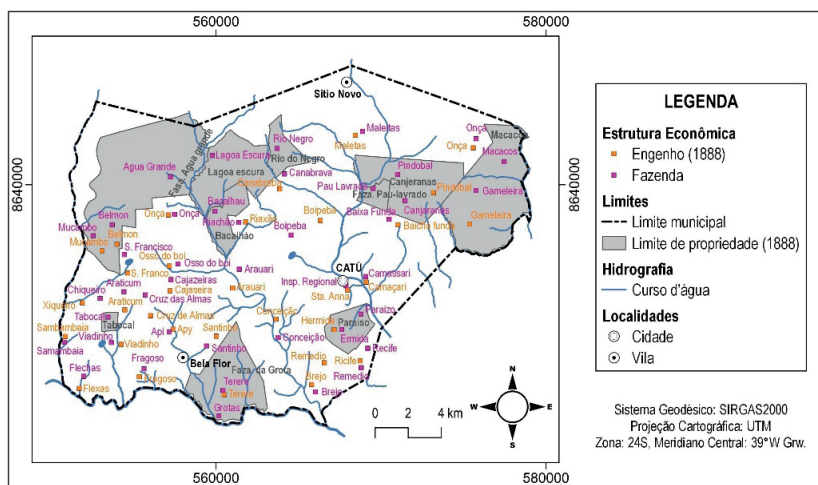


Figura 9. Propriedades que permaneceram no território catuense entre 1888 e 1939, visualizados no mapa de 1939.

De 1939 até 1967, verificou-se através dos documentos cartográficos que 17 propriedades possuíam a mesma geolocalização e topônimo (Figura 10).

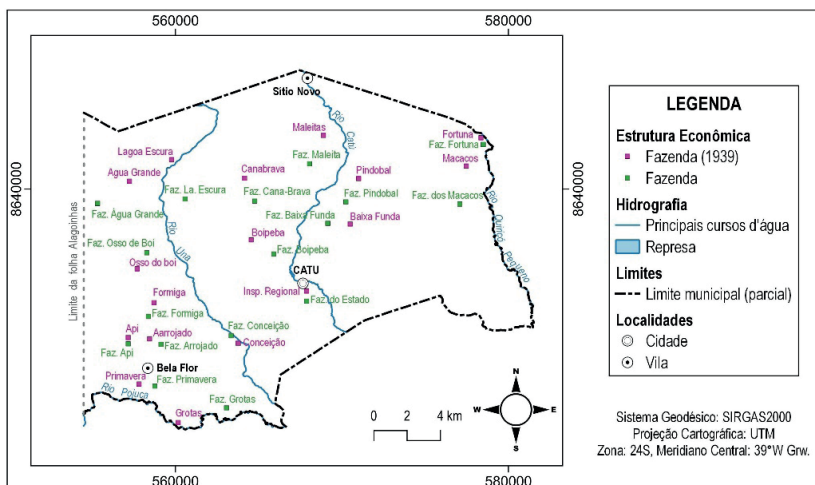


Figura 10. Propriedades que permaneceram no território catuense entre 1939 e 1967, visualizadas no mapa de 1967.

De acordo com os dados do *Recenseamento Geral do Brasil 1940* (IBGE, 1950) e *Censo Agrícola de 1960* (IBGE, 1969), houve queda na produção de mandioca (10.716 para 8.098 toneladas), embora tenha ocorrido um aumento no quantitativo de rebanho bovino (10.578 para 10.660 cabeças de gado). Isto pode ter ocorrido devido a falta de investimento de proprietários rurais no cultivo em suas propriedades, por conta da desapropriação e/ou servidão de terras para a exploração de petróleo no município de Catu. Fato este que é capaz de estar diretamente ligado ao fluxo migratório de pessoas da zona rural para a zona urbana do município. Neste período, a economia catuense passou de agrária para economia voltada à exploração e produção de petróleo.

4.3 Localidades

No município de Catu, o número de localidades aumentou com o passar dos anos. A Planta de 1888 apresenta 5 localidades, incluindo a vila (Santa Anna do Catú) e os povoados (Pojuca, São Miguel e Sítio Novo), no então município de Santa Anna do Catú. O surgimento de novas localidades se deu em função da concentração de pessoas nos engenhos, fazendas e outras terras.

O Mapa de 1939 traz em seu conteúdo 9 localidades pertencentes ao município de Catu. A manutenção de atividades ligadas ao campo fez com que o maior número de pessoas se concentrasse na zona rural do município, criando novos aglomerados rurais.

Com a descoberta do petróleo no subsolo catuense, houve melhoria na infraestrutura rodoviária e ofertas de trabalhos, com isto o processo migratório de pessoas de outros municípios, ou, até, mesmo da zona rural de Catu, para as zonas urbanas (da cidade ou vilas) do município, surgindo novas localidades. A Carta de 1967 apresenta 19 localidades, dentre as simbologias de cidade, vila, bairro, povoado e outros aglomerados rurais.

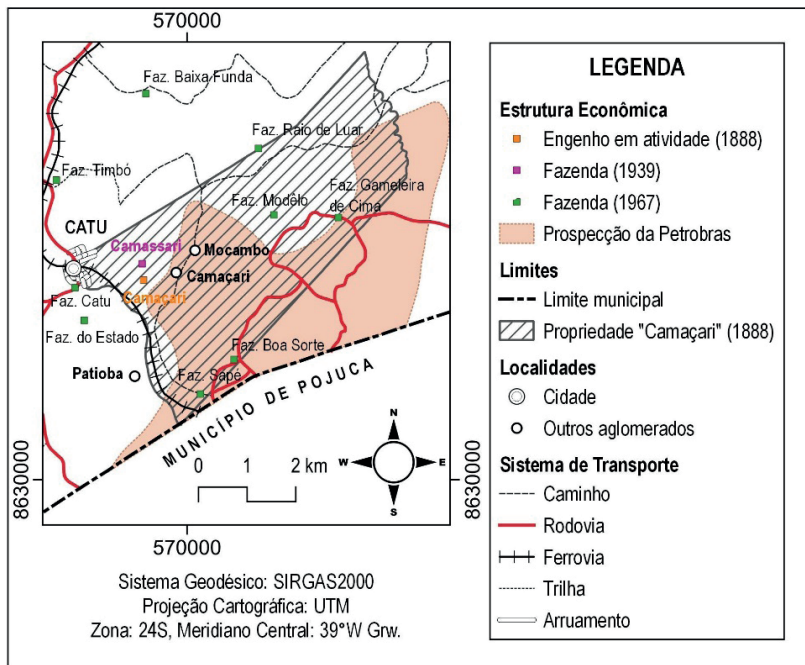


Figura 11. Indicação das localidades "Camaçari" e "Mocambo" na Carta de 1967, com justaposição das terras pertencentes ao engenho "Camaçari" da Planta de 1888 e da Fazenda "Camassari" do Mapa de 1939.

Um exemplo de novas localidades pôde ser visualizado na Carta de 1967, onde na localização do antigo engenho "Camaçari" (1888) e fazenda "Camassari" (1939), ergueram-se as localidades denominadas "Camaçari" e "Mocambo", sendo a última nas imediações do "Riacho Mucambo", curso d'água também cartografado na Planta de 1888 (Figura 11).

Isto ratifica o dito por Santos (1998, p. 73), que os antigos "engenhos exerciam o papel de povoados, que realmente eram, atraindo numerosa população... era necessário um grande número de pessoas para atender às tarefas próprias da fabricação do açúcar". Estas pessoas acabavam por ali permanecendo e, com a transição econômica da localidade, terras de criação e plantio se mantiveram nos locais dos antigos engenhos e, ao passar dos anos, foram surgindo novas localidades no entorno.

4.4 Vias de circulação

O primeiro documento cartográfico analisado neste estudo, apresenta como vias de circulação a estrada real das boiadas, a estrada de ferro e as estradas vicinais. Até à chegada da ferrovia, a estrada real das boiadas era o único meio de ligação entre vilas e povoados do interior da Província da Bahia, aquelas localidades que não possuíam rios navegáveis (Mattoso, 1992). Essa estrada era utilizada para circulação de pessoas, animais e mercadorias das vilas e povoados até a capital da província, e vice-versa. Já as estradas vicinais eram vias de terra para acessar os engenhos e fazendas, assim como ligá-los às localidades.

Comparando a Planta de 1888 ao Mapa de 1939 (Figura 12), nota-se que as estradas vicinais e a estrada das boiadas passaram a caminhos carroçáveis, com uma teia mais densa.

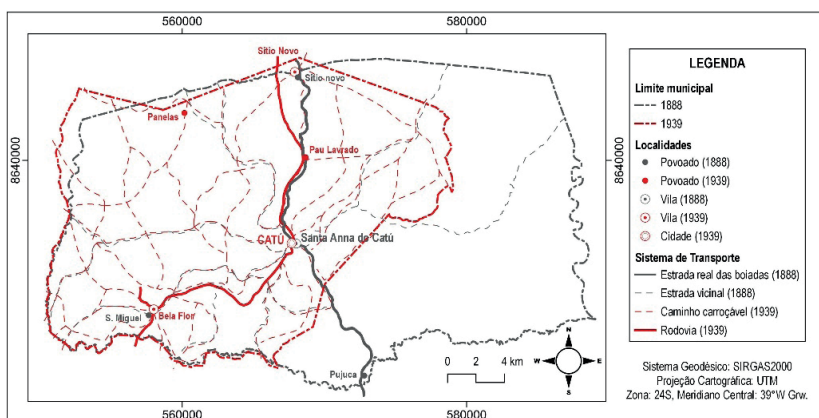


Figura 12. Sobreposição entre vias de circulação dos documentos cartográficos de 1888 e 1939.

Os caminhos carroçáveis possuíam revestimento precário, ligando fazendas às localidades. Estas vias de circulação eram utilizadas para o trânsito de animais e para transportar a produção das lavouras até à estação de trem mais próxima. Neste mesmo intervalo de tempo, houve implantação de uma estrada de rodagem no município de Catu, objetivando escoar a produção agropecuária com maior dinamismo.

No segundo intervalo de tempo estudado, entre o Mapa de 1939 e a Carta de 1967 (Figura 13), observou-se adensamento dos caminhos carroçáveis, abertura de trilhas, implantação de rodovias de revestimento primário e duas rodovias pavimentadas no território de Catu.

Em suma, de acordo com os documentos cartográficos estudados, não houve grande evolução da malha viária do município de Catu. Somente duas rodovias de fluxo contínuo foram pavimentadas (BR-110 e BA-093) e os acessos às vilas e instalações da Petrobras, cobertos com revestimento de cascalho compactado,

surgiram novas ruas na cidade de Catú, agregando também o calçamento realizado na gestão do Padre José Cupertino e Araujo Lima (1904-1908), quando intendente da vila de Santa Anna do Catú (“Sant’Anna do Catú”, 1910). Na Carta de 1967, observou-se pouca evolução no arruamento e a instalação de bairros na cidade, com ampliação da zona urbana.

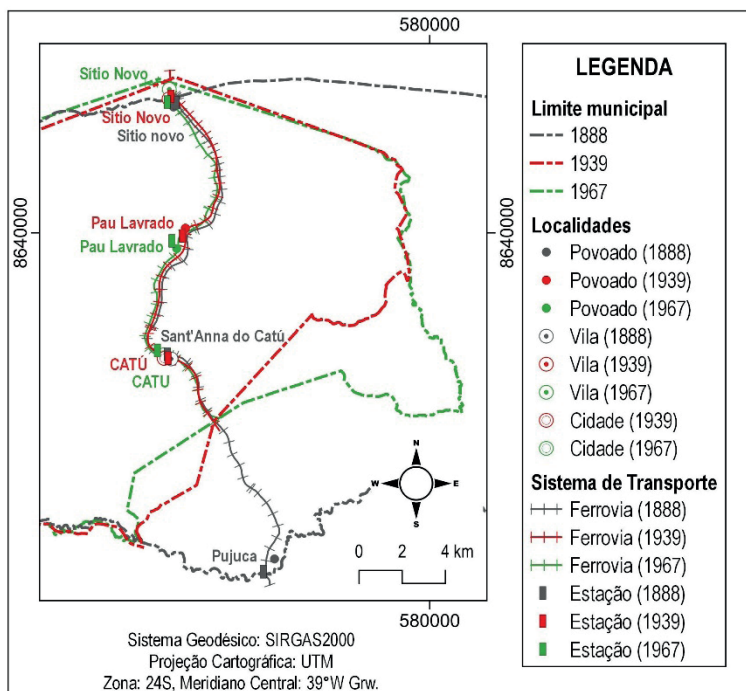


Figura 15. Sobreposição entre o trecho ferroviário do município de Catú, a partir dos três documentos cartográficos estudados.

Dentre o arruamento que compunha a vila até a transição para cidade, Catú manteve pontos de referências que perduraram a passagem do século. São eles: o cemitério, a igreja matriz, a área comercial e a estação ferroviária.

A ferrovia sempre esteve presente no município de Catú ao longo do período estudado (Figura 15), com o mesmo traçado ligeiramente sinuoso, transportando animais, pessoas e mercadorias.

Na Planta de 1888, o topônimo da ferrovia era “Estrada de Ferro da Bahia ao S. Francisco”, e o município de Santa Anna do Catú possuía 3 estações: na vila de Santa Anna do Catú e nos povoados de Pujuca e Sítio Novo. No Mapa de 1939, o topônimo da ferrovia era “Estrada de Ferro do S. Francisco”, e o município de Catú possuía 3 estações: na cidade de Catú e nos povoados de Sítio Novo e Pau Lavrado. Na Carta de 1967, o topônimo da ferrovia era “Viação Férrea Federal Leste Brasileiro (VFFLB)”, e o município de Catú se manteve com as 3 estações indicadas em 1939.

A chegada do automóvel, a construção de rodovias e a busca por menor custo/tempo de locomoção levaram a redução do fluxo de passageiros nos trens. Todavia, a estrada de ferro é um ícone para resgate da formação do município de Catu, pois acompanhou e contribuiu com a dinâmica deste território, transportando sobre seus trilhos gente de vários níveis sociais, animais, a produção do município e gêneros oriundos de outras localidades, movimentando a sociedade e a economia catuense.

4.5 Topônimos catuenses: um registro para memória futura

Os topônimos são símbolos de referência que identificam e dão significado a lugares. A partir dos 3 documentos cartográficos estudados, extraíram-se o total de 341 topônimos, os quais foram classificados quanto a origem (Figura 16). Em função da diversidade de línguas indígenas faladas no Brasil (e.g., caiabi, guarani, tupi antigo), bem como de línguas africanas (e.g., chuabo, iorubá, quimbundo) que estiveram presentes na formação do território brasileiro, decidiu-se em compilar essas línguas como de origem indígena e africana, respectivamente. Assim, os topônimos foram classificados de um modo mais amplo, reunidos em línguas de uma mesma origem, favorecendo a estruturação dos dados analisados. Menciona-se sobre os topônimos classificados como híbridos, os quais apresentam na sua composição elementos pertencentes a diferentes línguas (Dick, 1992). Para este caso, têm-se os nomes oriundos das línguas africana + portuguesa, portuguesa + indígena e indígena + portuguesa. Os nomes com *status* de “Não classificado” não foram localizados nos dicionários consultados.

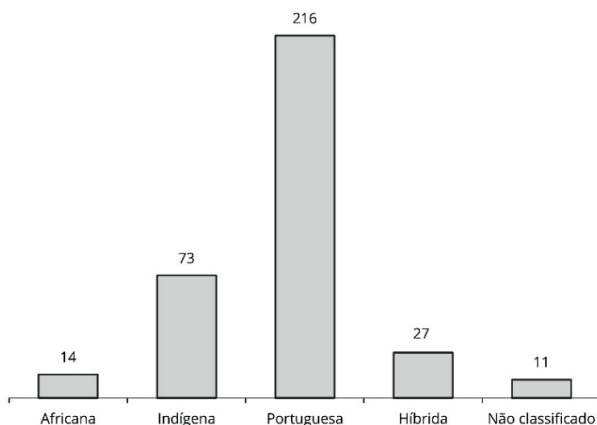


Figura 16. Quantitativo de topônimos classificados quanto a origem.

Notou-se a pluralidade de línguas e o predomínio da herança portuguesa, espelhando as relações de poder. Os topônimos de origem portuguesa, assim como indígena, se fizeram mais presentes dentre as denominações das propriedades. No primeiro caso, utilizando nomes de santos e santas da

igreja católica (e.g., “S. Antonio”, “S. Francisco”, “Sant’Anna”, “Sta. Rita”), era uma forma de difundir a fé católica, além de evocar a proteção divina para o espaço nomeado: um reflexo da devoção do denominador, denotando a religiosidade da sociedade catuense. Dick (1990, p. 350) enfatiza que “os motivos religiosos sempre foram uma constante nos diversos períodos da história do país, desde o seu descobrimento até os dias de hoje, como legado de um patrimônio sociocultural português”. Para os topônimos indígenas, o destaque são os nomes ligados à elementos da natureza (e.g., “Api”, “Boipeba”, “Sapé”). Assim, o registro toponímico como símbolo identificador de elementos do espaço geográfico, associado aos símbolos gráficos existentes nos mapas, testemunham a ocupação territorial de Catu por propriedades rurais, em períodos distintos.

Os topônimos africanos aparecem de maneira mais discreta, em sua maioria nos nomes dos cursos d’água. Destaque para o topônimo “Mucambo” como símbolo de resistência.

Na classificação dos topônimos segundo a motivação toponímica (Figura 17), proposta pela Profa. Dra. Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, os Fitotopônimos se apresentaram com o maior quantitativo dentre as denominações.

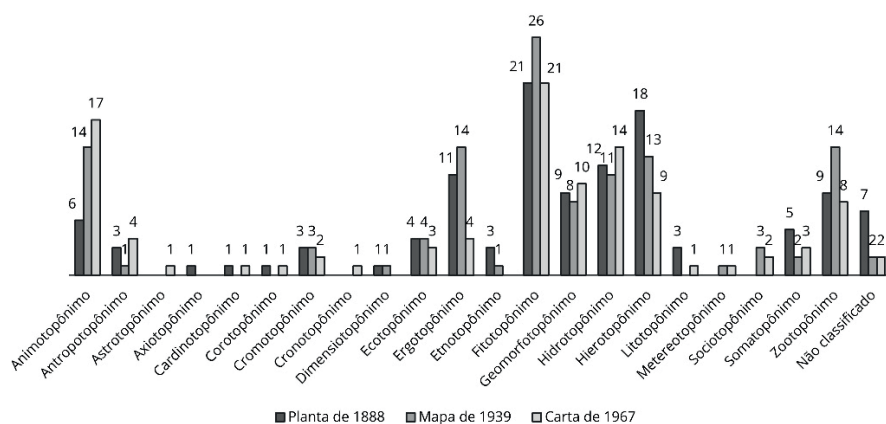


Figura 17. Classificação dos topônimos quanto a motivação toponímica.

Os Fitotopônimos sugerem a presença de espécies vegetais no território em tempo passado. Árvores individuais (e.g., “Cajarana”), conjunto de árvores (e.g., “Cajazeiras”), atividades econômicas (e.g., “Camassari”), construção de habitações (e.g., “Gameleira”), fornecimento de frutos (e.g., “Api”) ou uso medicinal (e.g., “Orobó”) foram espécies identificadas, através dos topônimos, nas representações cartográficas do município de Catu. Deste modo, os mapas antigos podem ser utilizados no resgate de elementos da vegetação nativa local, para trabalhos de reconstituição florística.

5. Conclusão

Ao longo desta pesquisa, destacou-se a utilização de mapas produzidos no passado no estudo das dinâmicas do território onde foi erigido o município de Catu-Bahia, Brasil.

Tratou-se de um trabalho precursor no uso de documentos cartográficos antigos e históricos no estudo do desenvolvimento do território catuense. Olhar único envolvendo uma abordagem geográfica, cartográfica, histórica e toponímica, analisando o desenvolvimento e as dinâmicas da formação do município de Catu, onde apresentou aspectos de cada época, pelo cruzamento de dados socioeconômicos, resgatando geoinformações passadas para o presente, com a aplicação de Tecnologias de Informação Geográfica (TIG), nomeadamente o SIG.

O emprego da biblioteca de dados geoespaciais pode gerar informações a serem utilizadas em outras pesquisas acadêmicas, a exemplo dos Fitotopônimos, com aplicação ao estudo da flora nativa, e até Zootopônimos no estudo da fauna do passado.

O estudo analítico e evolutivo do município de Catu através da Cartografia Histórica também revelou ser capaz de contribuir no apoio à tomada de decisão de políticas territoriais, com aplicação ao ordenamento do território, incluído a definição de competências de posse. Para além do mais, a pesquisa fornece informações para aquelas pessoas que desejam conhecer elementos da composição espacial e social pretérita do território catuense. Outrossim, este estudo sabe como ponto de partida para trabalhos futuros.

Em se tratando de perspectivas para trabalhos futuros, pretende-se complementar o estudo toponímico, localizar outros documentos cartográficos e textuais antigos e ampliar o balizador temporal até a atualidade.

Agradecimentos

Este trabalho é fruto da pesquisa de Doutorado em Geografia, desenvolvida na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (UC). Gostaria de agradecer ao meu orientador acadêmico, Prof. Dr. José Gomes dos Santos (UC), e aos coorientadores, Prof. Dr. Paulo Márcio Leal de Menezes (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ) e Prof. Dr. Fabrício Lyrio Santos (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB), pelo direcionamento, apoio e confiança durante a realização da pesquisa de doutoramento.

Bibliografia

- Alvares, C. A., Stape, J. L., Sentelhas, P. C., Gonçalves, J. L. de M. & Sparovek, G. (2013). *Köppen Brazilian municipalities*. <https://www2.ipef.br/geodatabase/>
- Barbosa, A. L. (1951). *Pequeno vocabulário Tupi-Português*. Livraria São José. <http://www.etnolinguistica.org/biblio:barbosa-1951-pequeno>
- Cajthaml, J. (2011). Methods of georeferencing old maps on the example of Czech early maps. *Proceedings of the 25th International Cartographic Conference, A. Ruas*, 1-6.

- Comissão Nacional de Cartografia (2010, outubro). *Especificação técnica para a estruturação de dados geoespaciais vetoriais (ET-EDGV)* (vol. 2.1.3, p. 246). Diretoria de Serviço Geográfico-DSG. https://bdgex.eb.mil.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=81&Itemid=353&lang=pt
- Decreto nº 12.978/1944 do Interventor Federal no Estado da Bahia. (1944). Em *Divisão territorial administrativa e judiciária do Estado da Bahia: Decreto-lei nº 141, de 31 de dezembro de 1943 e Decreto nº 12.978, de 1º de junho de 1944: 1944-1948* (ID 52492). Impr. Of.
- Dick, M. V. de P. do A. (1990). *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. Edições Arquivo do Estado.
- Dick, M. V. de P. do A. (1992). *Toponímia e antroponímia no Brasil: Coletânea de estudos* (3º ed). FFLCH/USP.
- Directoria Geral de Estatística (1924). *Recenseamento do Brasil de 1920: Agricultura: vol. III*. Typ. da Estatística. <http://archive.org/details/recenseamento1920agr2>
- Esri (2022). *Overview of georeferencing*. ArcGIS Pro / Help / Imagery and remote sensing / Georeferencing. <https://pro.arcgis.com/en/pro-app/latest/help/data/imagery/overview-of-georeferencing.htm>
- Ferreira, J. P. (1958). Enciclopédia dos municípios brasileiros. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=227295>
- Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1967). *Alagoinhas* [Mapa]. <https://bdgex.eb.mil.br/bdgexapp>
- Harley, J. B. (2005). *La nueva naturaleza de los mapas: Ensayos sobre la historia de la cartografía* (L. G. Cortés & J. C. Rodriguez, Orgs.). Fondo de Cultura Económica.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1950). *Recenseamento Geral do Brasil 1940: Censos econômicos: vol. Parte XII*. Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=765>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1969). *Censo Agrícola de 1960: Bahia: vol. II, 2ª Parte*. Fundação IBGE-Departamento de Censos. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/44/ca_1960_v2_t8_p2_ba.pdf
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2008). Os aspectos relevantes dos nomes geográficos e os procedimentos de carga do BNGB - Banco de Nomes Geográficos do Brasil (p. 1-45). <https://slidex.tips/download/os-aspectos-relevantes-dos-nomes-geograficos-e-os-procedimentos-de-carga-do-bngb>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016). *Folhas topográficas — 1:100 000: Projeto conversão digital— Alagoinhas 1905* [Vetores em DGN]. https://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/folhas_topograficas/vetoriais/escala_100mil/projeto_conv_digital/alagoinhas1905/vetor/
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021). *Vetores Pedologia — Escala 1:250.000*. [Vetores em SHP]. <https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-ambientais/pedologia/10871-pedologia.html?=&t=downloads>
- Lago, J. L. B. (1939). *Estado da Bahia—Município de Catú* (BR RJANRIO S7.0.MAP.103) [Mapa]. Arquivo Nacional; Arquivo Nacional.
- Mattoso, K. M. de Q. (1992). *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Nova Fronteira.
- Meneses, N. Q. de (1888). *Planta Topographica da Freguezia e Municipio de Santa Anna do Catú da Comarca de Alagoinhas* (Provincia da Bahia) [Mapa]. Biblioteca Nacional.

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart543428/cart543428.jpg

- Menezes, P. M. L. de, Laeta, T., Santos, K. da S., & Fernandes, M. do C. (2021). Cartografia Histórica e Geoinformação. Em P. M. L. de Menezes, M. do C. Fernandes & C. B. M. Cruz (Orgs.), *Cartografias do ontem, hoje e amanhã* (pp. 51–90). Appris. www.editoraappris.com.br
- Nunes, L. A. da S. (1877). *Relatorio com que ao Illm. E Exm. Snr. Dezembargador Henrique Pereira de Lucena, passou a administração da Provincia em 5 de fevereiro de 1877 o Exm Snr. Conselheiro Luiz Antonio da Silva Nunes*. Typographia do Jornal da Bahia. <http://archive.org/details/rpebahia1877a>
- Sampaio, T. (1899). *Carta do Reconcavo da Bahia* (Acervo Digital) [Mapa]. Biblioteca Nacional. http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart524443/cart524443.jpg
- Sant'Anna do Catú. (1910). *Revista do Brasil*, IV(21). <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=390062&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=3355>
- Santos, M. (1998). A rede urbana do Recôncavo. Em Maria de Azevedo Brandão (Org.), *Recôncavo da Bahia: Sociedade e economia em transição* (pp. 59-100). Fundação Casa de Jorge Amado.
- Skelton, R. A. (1972). *Maps. A Historical Survey of Their Study and Collecting*. The University of Chicago Press.
- Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2021). *Geoserviços Baseado em Vetor: Cartografia de Referência —Escala 1:100.000*. <https://portal.geo.sei.ba.gov.br/portal/apps/sites/#/seigeo/pages/geoservicos>
- Vignoles, C. (1872). *Mappa para servir a estrada de ferro para communicacao entre a cidade da Bahia eo ponto de Joazeiro no rio de São Francisco* (BR RJANRIO 4Q.0.MAP.159 d0007de0008; 6° ed.) [Mapa]. Arquivo Nacional; Fundo Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas.